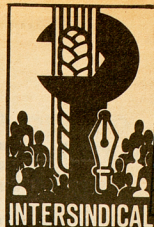


alavanca

Sexta-feira, 17 de Janeiro de 1975

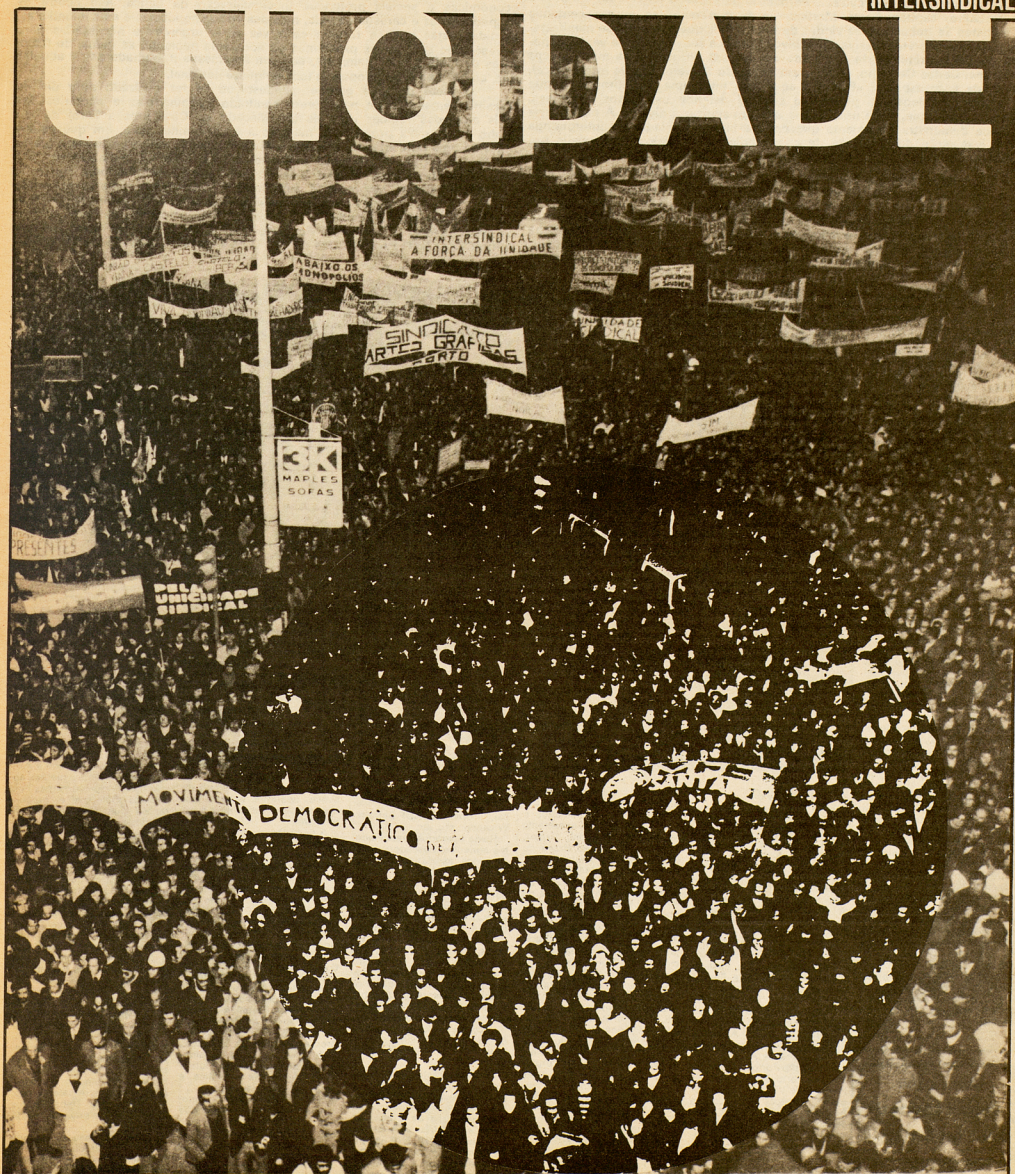
UNIDADE NA ACÇÃO
A FORÇA
DOS TRABALHADORES



CGTP - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
51376
Nº

A RESPOSTA DOS TRABALHADORES

UNICIDADE



“SE ISTO NÃO É POVO, O POVO O QUE É?”

A GRANDE MANIFESTAÇÃO DA INTERSINDICAL

“QUEM TEM MEDO DO POVO?”

“QUEM tem medo do Povo?” Perguntou na passada terça-feira, o ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, ao falar perante as muitas centenas de milhares de trabalhadores vindos de todo o País que nesse dia se manifestaram para reafirmar a massiva e inequivocamente a sua vontade de ver reconhecido na Lei o princípio da unidade sindical. O dirigente dos metalúrgicos de Lisboa, Carlos Carvalho, falando em nome do Secretariado da Intersindical, salientaria esse aspecto: «Estamos aqui para mais uma vez afirmarmos que só a proibição legal do pluralismo sindical defende os nossos interesses, porque impede que, entre nós, outros venham semear a divisão. A experiência histórica demonstra claramente que onde a liberdade sindical é interpretada como concessão da faculdade de criar sindicatos paralelos isso sucede por interesses estranhos a nós trabalhadores e é contra nós utilizada».

A grande manifestação popular da passada terça-feira, pela sua envergadura, foi «um segundo 1.º de Maio» (no dizer do ministro do Trabalho) mas pelo seu significado político e representação de massas é talvez a mais importante até hoje realizada no País, desde o 25 de Abril. Foi sobretudo uma manifestação da classe operária e de outras classes trabalhadoras, que, numa inseqüível prova de maturidade política, ligaram indissolvelmente os seus objectivos de classe do ponto de vista da organização sindical —

unidade sindical garantida por lei — com a sua exigência de medidas económicas e sociais profundas (nacionalização da banca, luta contra os despedimentos e carestia de vida, medidas antimonopolistas e antifundistas, Medidas estas que se tornam cada vez mais urgentes e necessárias para a resolução dos graves problemas da economia nacional, as quais, de facto, antes de mais e principalmente, atingem as classes trabalhadoras — aquelas que, ao fim e ao cabo, produzem toda a riqueza nacional.

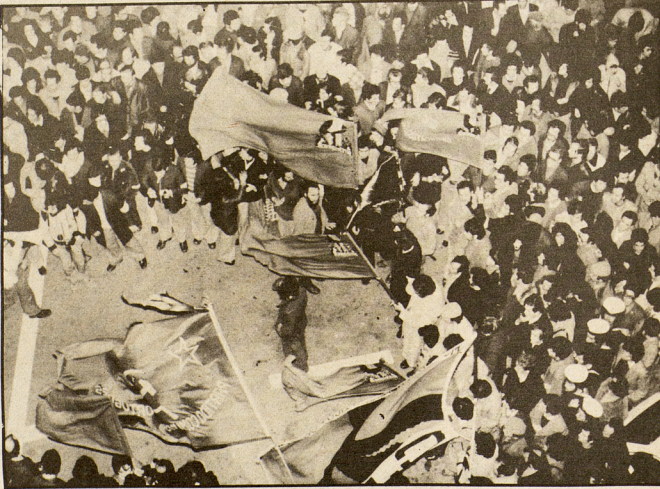
O facto de uma grande manifestação se ter realizado num dia de trabalho semanal e de nela terem confluído trabalhadores e operários das mais afastadas regiões do País (de Macedo de Cavaleiros a Faro) dá um cunho ainda mais profundo e massivo a essa manifestação, em que esteve cunho ainda mais profundo e massivo a essa manifestação, em que esteve presente uma percentagem considerável da população activa portuguesa (pelo presente uma percentagem considerável militante) lado a lado, de trabalhadores das de 20 por cento). A presença militante lado a lado, de trabalhadores das mais diferentes classes profissionais — pescadores, trabalhadores agrícolas, mais diferentes operários, empregados, assalariados, intelectuais — representa ainda um aviso a todos aqueles reacconários e oportunistas, do interior e do exterior, que procuram criar dificuldades ao processo revolucionário em curso, dividir os trabalhadores e a aliança do Povo com o M. F. A.; um aviso de que A REACÇÃO NÃO PASSARÁ! e de que O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO!

A manifestação foi convocada para as 19 horas, no Largo Martim Moniz, mas, cerca de meia hora antes, naquela Praça e zonas limítrofes (Rossio, Praça da Figueira, Praças Trajardos) estavam já a formar-se as primeiras concentrações de sindicatos, trabalhadores por empresas e outras organizações (P.C.P., M.D.P./C.D.E., Movimento Democrático das Mulheres, Movimento da Juventude Trabalhadora, U.E.C., M.E.S., etc.). Entretanto, no longo de todo o percurso, compreendido entre o Martim Moniz e a Praça de Londres, numa extensão de quatro quilómetros, começava já a registar-se uma grande aglomeração de povo que aguardava a passagem do desfile para nele se integrar ou para o vitoriar.

A partir das 19 horas, em face da aglomeração verificada nas ruas e da impraticabilidade do trânsito na zona do Martim Moniz, os agentes da P. S. P. encarregados do tráfego procuraram desviar a Av. Almirante Reis, no que foram imediatamente ajudados por piquetes de populares ali constituídos espontaneamente, nas zonas de maior movimento (como na Praça do Chile, por exemplo).

Quando o desfile se iniciou, cerca das 19 e 30, todo o percurso era já um mar de gente. À frente da manifestação, um duplo cordão de pessoas, seguido da Bandeira Nacional e das bandeiras da Intersindical e de organizações que apoiaram a manifestação abriam caminho aos representantes da Intersindical, das direcções sindicais e dos partidos políticos participantes.

Depois, foi a torrente interminável de trabalhadores de todas as classes e profissões, de todas as regiões do País, que só se escorria completamente do Largo de Martim Moniz mais de uma hora depois de iniciado o desfile. Impossível registar e identificar os muitos milhares de distícos, bandeiras e representações de trabalhadores. Limitamo-nos a assinalar os que conseguimos a notar.



PARTICIPAÇÃO

Entre as dezenas e dezenas de sindicatos presentes, assinalamos os seguintes: Escritórios, Caixaeiros, Bancários, Professores, Motoristas de Viagem e Lisboa, Músicos, Tapeteiros e Cordoieiros, Pessoal das Garagens, Ferroviários (com representações do Norte a Sul do País e com a sua banda de música), Mecânicos do Açúcar, Electricistas do Norte e do Sul, Metalúrgicos, Empregados da Panificação, Telecomunicações, Médicos, Têxteis, Indústria Hoteleira de Faro e Lisboa, Trabalhadores da Função Pública, Trabalhadores dos C. T. T., Indústria Farmacêutica, Químicos do Porto, Artes Gráficas (e Lista A, candidatas às eleições deste Sindicato), Mineiros de Aljustrel, Escritórios do Porto, Metalúrgicos do Porto, Pescadores da Póvoa e de Vila do Conde, Seguros, Pessoal de Voo da Aviação Civil, Técnicos de Desenho, Trabalhadores da Construção Civil de Setúbal, Cabeleiros, Marceneiros do Porto e de Lisboa, Caixaeiros de Leiria, e muitos outros.

Por empresas e serviços públicos, identificamos, entre a enorme imensa de distícos, as seguintes representações de operários e outros trabalhadores: Bosh, Prefabril, RTP (com um enorme distíco reclamando o tão necessário «Sanamento N. RTP»), Marconi, Celcat, Transul, Fábrica de Braço de Prata, Arsenal do Alfeite, Cemfer, Laboratório Militar, Banco Totta e Açores, Caixa Geral de Depósitos, Lisnave, (Colónia do P.C.P.) I.B.M. Companhia Portuguesa da Electricidade, Hotel Ritz, Casa Hipólito Cinarre, Philips, Serefame, Gelmar, Sociedade Nacional de Tipografia «O Século», Fundação Gulbenkian, Direcção Geral de Saúde, Baptista Sousa, Oficinas Gerais de Fardamento, Sorel, CRGE, Câmara Municipal de Lisboa, Misericórdia de Lisboa, Secretária de Estado do Turismo, Ministério do Trabalho, Volo, Intercol, Metalúrgica Luso-Italiana, Datsun, Ceril, Fábrica Lobo, Alumínia, Cabros, Avila, Incrivel Almadense, Serviços Florestais, Ministério da Comunicação Social, Mármore do Condado, Editorial Estampa, Fábrica de Fiação de Ponte-Pedra, Jolo de Deus, ECA, Fiat, Ford, SEPSA, Robbiac, Lever, Lical, Nutripol, Tudor, Mousal-Confiança, AGR, União Electricitica Portuguesa, Casa da Moeda, Mombor,

Lepetit, Livraria Bertrand, Caris (com a sua banda de música), Cometa, CUF-Barreiro, Wicand, etc, etc.

Havia operários, trabalhadores agrícolas, pescadores, empregados, assalariados, do Povo e País; de Lisboa e arredores (Almada, Seixal, Montijo, Barreiro, Caparica, Charneca, Camarate, Belas, Runa, Sacavém, Alverca, Abrigada, Póvoa de St. Iria, etc.) e de norte a sul do País (Macedo de Cavaleiros, Viana do Castelo, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Aveiro, Agedú, Porto, Coimbra, Guardo, Leiria, Caldas da Rainha, Santarém, Setúbal, Vendas Novas, Sines, Torres Vedras, Peniche, Marinha Grande, Couço, Vialonga, Algotem, Sesimbra, Sobralinho, Montemor-novo, Aljustrel, Faro, etc.).

Entre os distícos, salientamos: Contra os latifúndios e pelo congelamento de preços, Não aos despedimentos, Pela nacionalização da banca, Seguros e industrias de base, Sanamento da RTP, RTP não pode vender gato por lebre, Rumo à vitória com o M.F.A., Tu sozinho não es nada, Unidos temos o mundo na mão, Unidade sindical é a força dos trabalhadores, Trabalhadores de Al-

gotém contra o capitalismo suéco, operários e camponeses unidos na luta contra o capitalismo.

A multidão, compacta, desfilou em toda a largura da faixa delimitada livre pela outra multidão que se apanhava ao longo de todo o percurso. Os gritos e as canções que hoje têm um significado revolucionário como o «Avante, camaradas», «Grândolas, etc.», circulavam incessantemente, numa impressionante manifestação de unidade e determinação na luta. O povo está com o M.F.A., Unidade Sindical na lei, Abaixo os monopólios, Abaixo os latifúndios, Fascista escuta o povo está em luta, Pluralismo é divisão. A banca é do Povo, foram os slogans mais gritados, expressando bem as aspirações mais profundas dos trabalhadores portugueses que lutam pela democracia autêntica e pela liberdade autêntica — não pela liberdade e democracia formais que dão aos exploradores, directores ou indirectamente, o poder económico, isto é, a

ALIANÇA FUNDAMENTAL

Trabalhadores que vinham de longe, gravitam, por vezes também: «Viemos de vontade, ninguém nos pagou! Uma referência especial merece a numerosa representação da UEC União dos Estudantes Comunistas, e as suas palavras de ordem: Unidade estudantil com o povo trabalhador, seremos os melhores trabalhadores.

Quando a frente do desfile alcançou a Praça de Londres, coincidindo com o momento em que a sua cauda apenas acabara de sair do Martim Moniz nesse momento em que quatro quilómetros das ruas de Lisboa eram verdadeiramente um mar de gente, de bandeiras, de distícos, de manifestantes mil pessoas afirmaram com a sua presença a vontade indemulhável do povo trabalhador: unidade sindical na lei, avanço do processo revolucionário no sentido progressista do programa do M.F.A., unidade do povo e das forças democráticas mais conscientes com o M.F.A..

A chegada ao Ministério do Trabalho, os dirigentes da Intersindical, Alvaro Rana e Antero Martins apresentaram ao ministro os representantes dos partidos políticos e organizações que participaram na manifestação.

PARA QUE NÃO RESTEM DÚVIDAS...

E foi assim que mais de meio milhão de trabalhadores chegaram à Praça de Londres pelas 21 horas. E que havia muita e boa gente que cuidava e, mantendo o mesmo, gritava aos quatro ventos que a Unidade tinha sido decidida nas costas dos trabalhadores portugueses — como diria o ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, Portugal terá de ser uma democracia do Povo Povo consistentemente demonstrada. Por isso, os trabalhadores portugueses compreenderam a manifestação convocada pela Intersindical Nacional e mostraram qual o seu sentimento: Ficou bem patente que a atitude dos trabalhadores quanto ao «pluralismo sindical».

A pesar do mau tempo que se fazia sentir ninguém arreou o pé. Enquanto o representante da Intersindical e o capitão Costa Martins não discursaram, várias palavras de or-

Alavanca é transportada para todo o país nos comboios da C.P.

UNICIDADE Uma cara e livre opção

Vitória! Gritaram centenas de milhares de trabalhadores quando cheia a Praça de Londres como um ovo, com manifestantes entrando pelas ruas e largos circundantes, um nosso camarada pediu paciência aos presentes dado que a cauda do compacto cortejo ainda marchava na Praça do Chile, dois quilómetros atrás. Era, de facto, uma vitória enorme, uma tremenda afirmação de unidade e querer, invencível.

Vitória! Gritaram ainda os trabalhadores, largos minutos após, quando o ministro do Trabalho afirmou que o problema da unicidade nem se punha: democracia é respeitar a vontade da maioria. E a maioria estava ali representada, na Praça de Londres, e em Coimbra, e em Beja. Como depois esteve no Porto, em Leiria, em Torres Novas.

Em termos percentuais, a manifestação de Lisboa promovida pela Intersindical com o apoio de outras forças democráticas consecuentes é de uma verdade espantosa: cerca de 1/6 da população activa portuguesa, pouco menos de metade dos trabalhadores sindicaliza-

dos no País, cerca de 1/10 da população total residente em Portugal.

Com esta decisiva demonstração de unidade e consciência colectiva consagrou-se, definitivamente, a Intersindical como central de sindicatos sem concorrencia viável: não por decisões de cúpula, como os apavorados antirabalhadores apregoam, mas por sufrágio inequívoco e avassalador dos trabalhadores portugueses, com a sua demonstração voluntariamente a força da sua organização e da sua consciência de classe.

O medo que esta manifestação, mobilizada em cinco dias, e causou a meios reaccionários, quer os feis lacaios do grande capital quer os pseudo-revolucionários de verborreia fácil, espantou os próprios trabalhadores. Muita coisa se definiu com esta demonstração de força. Definiu-se, essencialmente, quem é verdadeiro amigo do povo e quem procura liquidá-lo. Definiu-se, em larga medida, quem é pela revolução e quem é, de facto e apesar dos discursos e comunicados em contrário, contra a revolução. As inesperadas alianças

rapidamente esboçadas, o comportamento indeciso e incoerente, em muitos casos, dos meios de comunicação burgueses, o vomitar de insultos e calúnias, as claras manobras antirabalhadores, as correrias loucas em todos os sentidos, eram a amostra clara do comportamento desta gente — reaccionários e certos «radicais» parasitários — face a um momento que julgavam chegado: a revolução socialista. Que miopia, amigos. Que falta de perspectiva da História, que medo estes pagapeigos falaciosos sentem quando as massas trabalhadoras estão em movimento.

Em movimento estamos, e nada nos deterrá. A conquista de um princípio — o da unicidade sindical — era um objectivo entre tantos, uma etapa no caminho contra a exploração capitalista. Uma etapa apenas, que vinco ainda mais a aliança popular com o Movimento das Forças Armadas. E reforçou o caminho revolucionário em curso, empurrado consciente e organizadamente pelos trabalhadores. Quem tem medo deles? A História rapidíssima destes dias decisivos responde por nós.

Remando contra a vontade expressa dos trabalhadores portugueses, continuam certas organizações a insistir em que a lei não deve consagrar o princípio da unicidade sindical. Por estranho que pareça, são essas mesmas organizações que acusam a Intersindical de dirigismo e sindicalismo de cúpula. De que lado estará, no entanto, o dirigismo e o sindicalismo de cúpula? Do lado do que interpreta fielmente a vontade dos trabalhadores, ou do lado daqueles que defendem posições expressamente rejeitadas pelos trabalhadores? De que lado estará, em nome da democracia da liberdade, defendem posições que os trabalhadores rejeitam? Ou do lado daqueles que defendem posições livre e democraticamente escolhidas pelos trabalhadores?

Não há pior cegueira do que a daquele que não quer ver. Centenas de milhares de trabalhadores, destituindo pelas ruas de Lisboa, em defesa da unicidade sindical fazem desmarcar o vulto para que se possa ignorar. E contudo ignoram-nos. Como ignoram todo o processo de discussão que, de Norte a Sul do País, mobilizou milhares de trabalhadores, nos sindicatos, empresas e localidades. Essa gigantesca e significativa manifestação que foi o segundo «Primeiro de Maio dos trabalhadores portugueses», constituiu o coramento dum amplo processo de discussão, dum esclarecedores a esse respeito.

DE NORTE A SUL DO PAÍS
Pronunciaram-se a favor da unicidade sindical expressa por lei os seguintes sindicatos, secções sindicais e grupos de trabalhadores:
DISTRITO DO PORTO — Alfaiatas; Gráficos (1 282 assinaturas); Bancários, trabalhadores do Banco Borges e Irmão; Barbeiros e Cabeleiros; Caixa; Carpinteiros (17 assinaturas); Carpinteiros das firmas Arnaldo Oliveira e eng.º José Pereira Zagallo; Industriais da Madeira (230 assinaturas); Construtores; Conservedores; Construtores Civis; Electricistas do Norte (533 assinaturas); Secção do Porto da Ordem dos Engenheiros; Secção Norte dos Engenheiros Técnicos; Critério (857 assinaturas); Empregados de Garagens; Indústria hoteleira; Maquinistas Marítimos e Fluviais (33 assina-

tuas); Marcenários; Administrativos da Marinha Mercante; Metalúrgicos (5 686 assinaturas); Trabalhadores da SEPSA;

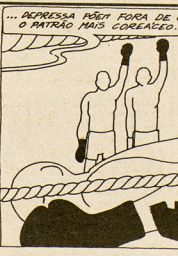
Da SONAFI; Mineiros de Lousa; Meteorologistas; Professores do Norte; Propaganda Médica do Norte; Sapateiros; Seguros; Escritórios (156 assinaturas); Tapeteiros; Técnicos de Desenhos; Telefonistas do Porto; Textéis de Vila do Conde; Do distrito do Porto; Empregados viajantes (81 assinaturas); Vidreiros; Trabalhadores da Salvador Cabrita; Trabalhadores da António Augusto e CA L.d.; Da Valentim Portugal S.A.R.L.; Da Cidra do Porto; Escritório; Tipógrafos; Caixa; Bancários; Bancários; Metalúrgicos, Cordeiros, Padeiros; Função Pública; Alfaiatas da Povoza do Varzim e de Vila do Conde; Trabalhadores da Saúde (720 assinaturas), da COTESI (433 assinaturas); Todos os gráficos da Alberto Oliveira, L.d.; Serviços Municipalizados (177 assinaturas).

DISTRITOS DE SANTARÉM
Secção Lanifícios Mira de Aire; Agricultores e agrícolas; Construção Civil; Industriais Alimentares (101 assinaturas); Metalúrgicos de Santarém, Torres Novas e Trancoso.
DISTRITO DE SETÚBAL
Gráficos; Caixa; Conservadores; Construção civil do Bairro; Cortiços do Montijo; Carteiros de Seixal; Descarregadores de Mar e Terra do Montijo; Escritórios de Setúbal; Estivadores de Setúbal; Metalúrgicos de Setúbal, Barreiro, de Almada; Panificação do Barreiro; Pescadores de Sesimbra; Cerâmicos de Setúbal; Textéis Barreiro; Conservadores de Setúbal; Metalúrgicos da Parrison S.A.R.L.; Sindicatos do Barreiro (572 assinaturas).

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO — Cerâmicos; Metalúrgicos; Escritórios; Construção Civil; Textéis de Alveires; Escritórios e Comércio de Viana do Castelo; Professores do ensino secundário de Arcos de Valdevez.

DISTRITO DE VILA REAL — Sindicato dos Metalistas.
DISTRITO DE AVEIRO
União dos Sindicatos de Aveiro (126 assinaturas); Bancários; Tapeteiros de Corça; Escritórios e Caixa de Espinho; trabalhadores do Espinho; Mineiros do Pejão; Chapeleiros de São João da Madeira; Escritórios e Caixa de São João

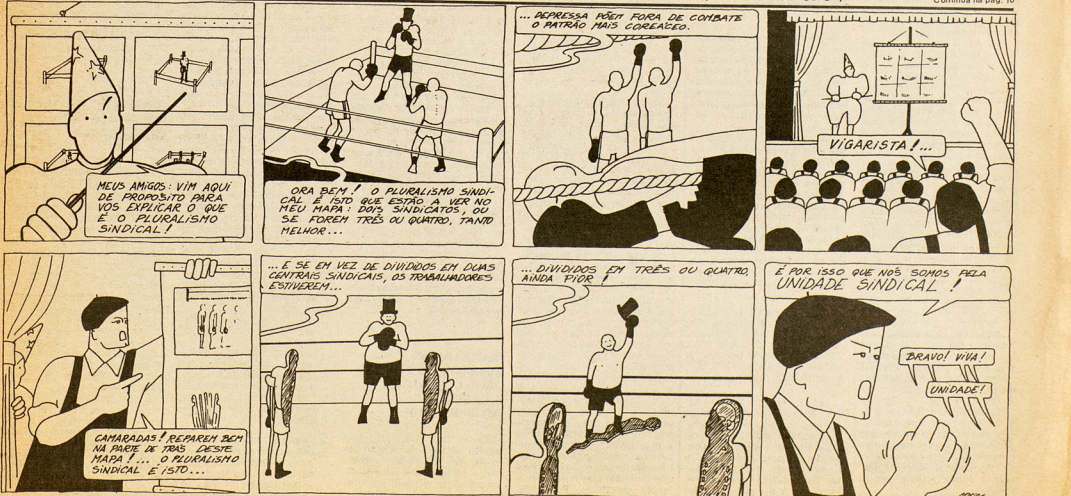
Não há força que nos vença



hadores, destituindo pelas ruas de Lisboa, em defesa da unicidade sindical fazem desmarcar o vulto para que se possa ignorar. E contudo ignoram-nos. Como ignoram todo o processo de discussão que, de Norte a Sul do País, mobilizou milhares de trabalhadores, nos sindicatos, empresas e localidades. Essa gigantesca e significativa manifestação que foi o segundo «Primeiro de Maio dos trabalhadores portugueses», constituiu o coramento dum amplo processo de discussão, dum esclarecedores a esse respeito.

través); Marcenários; Administrativos da Marinha Mercante; Metalúrgicos (5 686 assinaturas); Trabalhadores da SEPSA;

Continua na pág. 10



medidas... ntras os... das para... e facto, aquelas... dia de... os dias... de um este... a (perto... das agrícolas... ta ainda... exterior, ... dividir... VENCÍ... vinham... or vezes... Vantagem... Uma refe... a nu... do UEC... ntes Co... palavras... estudanti... estes não... ovo e as... também... des com... maringei... m presen... mpre... cedadores... do desfile... Londres... momento... a apenas... artim Mo... em que... eiraime... e bandei... s de qui... afirmaram... a vontade... abalho... ndical na... os revolu... gressivis... F.A., uni... forças de... sequentes... istério do... tes da In... ana e An... antes dos... e organi... aram na... mais de... alhadore... Praça de... ras. E que... gente que... entos que... o decidi... rabalhado... dria o mi... capião... lta a sua... vontade do... mente de... os traba... is compa... ção convoc... cal Nacio... a sua... ente qual... halhadore... mo sindi... tempo que... nem arre... represent... i) e o capi... os discurs... ras de or... ua na pág. 4

MEIO MILHÃO DE TRABALHADORES

Continuação da pág. 2

dem foram gritadas: **Unidade, não ao capitalismo, abaixo os monopólios, a banca é o Povo, morte à CIA e outras.** Entretanto, a Banda da Carri e a Banda dos Ferrovários tocavam a «Grândola» e o «Avante camarada», canções que a multidão entoava formando um coro gigantesco. Pelas 21 e 30, quatro observess o panorama das janelas do Ministério do Trabalho deparava com um imenso quadro humano de onde apenas sobressaíam as árvores.

Ao mesmo tempo era anun-

ciado pelos altifalantes que parte da manifestação se encontrava, ainda, na Praça do Chile e um enorme coro de «vitoria, vitória», saudou alegremente a informação. Costa Martins assomou pouco depois à janela, e, num giro imenso, a multidão de trabalhadores repetiu: **O Povo está com o MFA.**

PARA NÓS LIBERDADE SINDICAL OPÓ-SE AO PLURALISMO SINDICAL

Uma dezena de minutos depois das 22 horas Carlos Car-

valho, dirigente dos Metalúrgicos de Lisboa, interveio em nome do Secretariado Nacional da Intersindical. Durante a sua intervenção Carlos Carvalho viria a ser repetidas vezes interrompido pela multidão — que ocupava totalmente e transbordava mesmo a Praça de Londres — com aplausos e coloridos gritos de palmeiras de vitória. «O MFA! Abaixo os monopólios! Morte à CIA! A defesa do povo! Vitória! Saneamento Justicial Intersindical!»

Aquele camarada começou por afirmar:

«Ao promover esta manifestação, a Intersindical, em nome dos milhares de trabalhadores que inequivocamente representa, saudá todos os camaradas presentes e aqueles que, por diversos motivos, não podem participar nesta manifestação mas que, pelas mais variadas formas, a elas deram a sua adesão. Saudá as organizações políticas que a esta manifestação deram o seu apoio e cujo contributo para o processo democrático em curso, não sendo decisivo. Saudá ainda o sr. ministro do Trabalho, homem do MFA que tanto tem sentido os problemas dos trabalhadores. Saudá finalmente o glorioso MFA que exprime a confiança que todos nós depositamos na sua capacidade de interpretar as nossas mais profundas aspirações, e cujo missão histórica assume dia a dia maior significado.»

Logo a seguir acrescentou: «Camaradas: estamos hoje aqui reunidos por um motivo muito concreto, muito urgente e muito importante. Estamos hoje aqui por causa de uma questão que amarga todo o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril pelo MFA. Estamos hoje aqui por um motivo que é do nosso próprio e vital interesse.»

«Pós o Governo Provisório à discussão pública do Projecto de Lei Sindical para que os principais interessados sobre ele se pronunciassem. E nós somos os principais interessados, nós, os trabalhadores portugueses. E todos nós já nos pronunciamos de forma decisiva e firme sobre o que entendemos por liberdade sindical, princípio que desejamos consagrado na lei. Para nós, trabalhadores, liberdade sindical é uma expressão que por natureza, se opõe ao pluralismo sindical. Para nós, trabalhador, a liberdade sindical significa a possibilidade de constituirmos os nossos próprios e autônomos organismos de classe que defendam os nossos interesses colectivos. Para nós, trabalhadores, liberdade sindical significa a impossibilidade

de divisão do movimento sindical por nós, trabalhadores, não a queremos.

«Não queremos a divisão do movimento sindical porque sabemos muito bem quem está por detrás dessas manobras. Sabemos que é ao patronato, principalmente o grande capital monopolista e latifundiário, que interessa o enfraquecimento do movimento sindical através da sua divisão. Como manifestar pelos seus tomados de posições públicas, os beneficiários e privilegiados das suas: quem desrespeita a nossa vontade, menosprezamos os nossos interesses, quem se eles a decidir nas nossas costas e contra a nossa vontade.»

«Estamos aqui para mais uma vez afirmarmos que só a proibição legal do pluralismo sindical defende os nossos interesses, porque impede que, entre nós, outros venham se apossar a divisão. A experiência histórica demonstra claramente que onde a liberdade sindical é interpretada como a concessão da facilidade de criar sindicatos paralelos, isso sucede por interesses estranhos a nós trabalhadores e é contra nós utilizado.»

«Na verdade, é estratégia do imperialismo internacional expandir, pelo uma linguagem liberal, os verdadeiros interesses que o movem em relação aos trabalhadores. E que enfraquecer o movimento organizado das classes trabalhadoras é permitir a manutenção e o reforço da exploração em que se baseia a sociedade dividida em classes. Não temos dúvidas de que aqueles que entre nós defendem o pluralismo sindical, se a sua vez vençesse, far-se-ia esse facto para nos dividir e a melhor nos explorar. E é porque temos consciência disso que aqui queremos reforçar a posição por nós já assumida, de exigência, de que a unidade e a unidade sindical venham expressamente consagradas na lei.»

Só a unidade sindical na lei permite a defesa consequente dos interesses de classe dos trabalhadores.»

NECESSÁRIAS MEDIDAS PROFUNDAS PARA CORTAR A CABEÇA AO FASCISMO

Carlos Carvalho, no seguimento da sua intervenção em nome da Intersindical, abordou, então, a necessidade da adopção de medidas antimonopolistas e antilatifundistas — única maneira de re-

solver os graves problemas que afectam as classes trabalhadoras e o povo português — cortar definitivamente a cabeça ao fascismo.»

Disso então, aquele dirigente sindical, depois de referir o reconhecimento legal do princípio da unidade sindical, era uma questão fundamental do processo revolucionário em curso, porque ela afecta profundamente a esmagadora maioria da população portuguesa.

«De facto, são os trabalhadores os primeiros interessados na democratização do País. E são-nos porque deles depende que a referida democratização seja ou não uma autêntica democratização. Para este processo contamos com o apoio activo das forças progressistas e verdadeiramente democráticas do País, que inequivocamente se colocam ao lado dos trabalhadores nos debates decisivos da revolução. Para com a adesão do MFA, já expressa de forma inequívoca e com o qual contamos para, em aliança íntima e cada vez mais profunda, em conjunto (há passos decisivos no sentido da criação de uma autêntica democracia em Portugal. O mesmo MFA que sempre tem apoiado em todas as suas atitudes progressistas e com cujo apoio até hoje sempre temos contado. O mesmo MFA em cujo Programa revolucionário se estabeleceu a defesa dos interesses da classe trabalhadora, em especial das suas camadas mais desfavorecidas.»

Mais adiante, afirmando que o recente comunicado da Comissão Coordenadora do Programa do M. F. A. constitui «uma identificação clara e com o desejo expresso pelos trabalhadores de que a unidade sindical fique consagrada na lei. Carlos Carvalho declarou:

«Confiantes nas Forças Armadas, lutamos pelo reforço da aliança entre os trabalhadores todos unidos e o M. F. A. e para cimentar cada vez mais esta unidade vamos:

- lutar pela nacionalização da banca e das companhias de seguros;
- lutar pela nacionalização das indústrias de base e de transportes;
- lutar pela libertação da terra das mãos opressoras dos latifundiários e sua entrega aos trabalhadores;
- lutar pela intervenção do Estado nos circuitos de distribuição;

- lutar pelo controlo estatal dos relacionamentos comerciais externo impedindo o fuga de divisas e evitando que se esbanjem reservas necessárias em importações desnecessárias;

- lutar pela restrição à saída de lucros;
- lutar pela restrição à repatriação de capitais;
- lutar pela proibição de empreendimentos estrangeiros que só visem explorar a nossa mão-de-obra ou o domínio do mercado nacional;
- lutar por um saneamento efectivo a todos os níveis;
- lutar contra o desemprego;
- lutar contra os sabotadores e exploradores.

«Todos estes actos só serão possíveis e vitoriosos se conjugar-mos forças em torno de uma plataforma que, alterando de facto as estruturas económicas da sociedade portuguesa, subordinando o poder económico ao poder político, e neste à vontade dos trabalhadores, defenda os nossos interesses.»

«Só assim será possível travar a inflação dos preços dos bens de primeira necessidade, inflação que anula na prática as conquistas salariais alcançadas após o 25 de Abril. Só assim será possível pôr fim aos despedimentos e criar mais postos de trabalho para os nossos camaradas desempregados. Só assim será possível com realismo, lançar as bases de uma política económica, posta ao serviço do Povo Português. Só assim será possível construir a democracia. Só assim será possível definitivamente cortar a cabeça ao fascismo.»

«GARANTIR A VONTADE DA MAIORIA»

Depois do dirigente sindical Carlos Carvalho, falou o ministro do Trabalho, António Costa Martins. A sua curta mas eloquente alocução foi, também, várias vezes cadenciada por movimentos de ordem, vibrante sentidas e calorosamente proferidas pelas centenas de milhares de trabalhadores aglomerados na Praça de Londres e ruas adjacentes que, apesar da chuva que entretanto começava a cair com intensidade, dali não arredaram pé.

«Amigos: Em primeiro lugar quero saudar a vossa presença e agradecer o vosso sincero apoio ao Ministério do Trabalho e ao M. F. A.

«A reconstrução nacional, a revitalização da Economia, terá de ser obra de todos.»

«Muito por afirmar o capitão Costa Martins.

«Portugal terá de ser a expressão da vontade do seu Povo conscientemente demonstrada.

«Salvaguardar a vontade do

NÃO ÀS CALÚNIAS NÃO AOS BOATOS

ACERCA dos boatos e calúnias que rodearam a manifestação do passado dia 14 do corrente mês, promovida pela Intersindical Nacional e tendo como objectivo a consagração na lei do princípio da Unidade Sindical, foi difundido o seguinte comunicado:

«Desde há dias que correm insistentes boatos e que a Intersindical, como entidade organizadora da grandiosa manifestação do dia 14 de Janeiro, assim como as organizações que a apoiam, teria subsidado as deslocações dos milhares de trabalhadores que dos mais diversos pontos do País acorreram a Lisboa.

Temos por hábito, fruto da experiência, não responder a provocações de qualquer espécie! No entanto, a actual situação política exige um categórico desmentido de tais atarazadas, ofensivas da dignidade e maturidade da classe trabalhadora!

Ninguém pagou aos trabalhadores no 1.º de Maio, ninguém pagou no 25 de Julho, ninguém pagou no 28 de Setembro, ninguém pagou no 14 de Janeiro!

«Ninguém nos pagou, viemos de vontade» — tem sido repetido em todas estas datas e só pessoas ou organizações estranhas à classe trabalhadora estão no origem de tais calúnias.

Consideramos, finalmente, que todas estas manobras fazem parte de uma orquestrada campanha que pretende atingir o movimento sindical unitário, dividir os trabalhadores e quebrar a sólida aliança com o M.F.A.

Unidos e organizados, sempre com o M.F.A.!

SAUDAÇÃO DA CENTRAL SINDICAL CHILENA AOS TRABALHADORES PORTUGUESES

A Intersindical Nacional tem recebido, a propósito da grandiosa manifestação da passada terça-feira, a favor do reconhecimento legal do princípio da unidade sindical, centenas de telegramas e mensagens do País e do estrangeiro.

Saudando a Intersindical Nacional grupos de trabalhadores, comissões de fábrica, sindicatos, uniões de sindicatos e comissões de freguesia de partidos políticos têm pelos mais diversos meios reafirmado o seu desejo pela consagração legal do princípio da unidade e unidade sindical, por medidas antimonopolistas e antilatifundistas e contra o desemprego e, ainda, pelo reforço da aliança Povo-M.F.A.»

«Uma das mais significativas mensagens recebidas foi, sem dúvida, a da Central Unida dos Trabalhadores do Chile — da C.U.T. Era do seguinte teor: telegrama enviado pela C.U.T. à Intersindical Portuguesa:

«Em nome dos trabalhadores chilenos saudamos grandemente a manifestação portuguesa pelo fortalecimento da unidade sindical antifeudista, consolidada democrática, luta antimonopolista e antilatifundista, pela defesa dos direitos económicos e sociais dos trabalhadores. Viva a Unidade e Solidariedade Internacional!»



DIZEM SIM À UNIDADE

Povo, garantir a vontade da maioria, quando livre e conscientemente expressa, são princípios elementares da democracia e foi para isso que se fez o 25 de Abril. Podem contar conosco. Não regatearemos horas ou esforços, não regatearemos as cansaças e os sofrimentos.

«O Portugal de hoje, para o bem-estar do amanhã, exige muito trabalho, sacrifícios, contrariedades mas também muita ponderação, responsabilidade, firmeza e optimismo.

«Sou filho do povo, e por isso não o receio e sei que sempre poderei contar com ele. E preciso avançar no processo de reconstrução nacional e para tal o plano de emergência terá de ter em conta

em todos os domínios as classes mais desfavorecidas. E avançaremos com realismo e audácia, com confiança e trabalho.» declarou a seguir.

«A UNIDADE DO POVO COM O M. F. A. É FUNDAMENTAL

Mais adiante, salientou o ministro do Trabalho:

«Quanto à questão da lei sindical já tive o ensejo de esclarecer o País relativamente a tal assunto. Na verdade, o problema já não é o da unicidade, nem sequer uma questão de partidos, mas sim, o de respei-

tar-se ou não a vontade da maioria.

«A unidade de todos os sectores, a unidade do povo com o M. F. A. é fundamental para que eles sejam económicos, quer sociais ou políticos.

«Não é com palavras que construiremos o nosso futuro, e o dos nossos filhos, mas com o trabalho, com a vontade de vencer todos os obstáculos, com rigor e realismo na realização do dia-a-dia. Para a actualização de uma verdadeira justiça social três vectores são essenciais:

«A unidade do povo dos campos e das cidades com o M. F. A.

«O trabalho fecondo.

«Uma política económica

que reestruture o aparelho produtivo com vista à satisfação das reais necessidades da população portuguesa.»

Já a concluir, o capitão Costa Martins declarou:

«Mais uma vez saúdo a vossa presença e agradeço a vossa verdadeira amizade e perfume: quem tem medo do Povo? Viva a democracia. Viva a liberdade. Viva o Portugal.»

«O POVO ESTÁ COM O M. F. A.»

Depois da intervenção do ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, as centenas de milhares de trabalhadores presentes na grande manifestação

e concentração populares da passada terça-feira, pelo reconhecimento legal do princípio da unicidade sindical e pela adopção de urgentes e profundas medidas antimonopolistas e antifundistas, manifestaram de novo o seu apoio militante ao Movimento das Forças Armadas gritando, numa única voz - Viva o M. F. A. Viva a Comissão Coordenadora do M. F. A. Viva Portugal!.

Entoado o Hino Nacional por centenas de milhares de vozes, enquanto milhares de punhos se erguíam e as bandeiras e bandeirões vermelhos ondulavam ao vento, vários grupos, alguns de muitas centenas de trabalhadores, apesar da chuva, partiram em novas, agora pequenas, manifes-

tações pelas ruas adjacentes à Praça de Londres — Av. de Roma, Av. João XXI, Av. Guerra Junqueiro e Manuel da Maia — com os seus cartazes e bandeiras, gritando ainda as palavras de ordem mais sentidas pela maioria dos manifestantes. E em muitos restaurantes e cervejarias da cidade, pela noite fora, a mesma alegria nos coros que gritavam «Unicidade, Unicidade», e «Vitória, Vitória». Era uma enorme festa de trabalhadores portugueses que, gente do povo, nem os foguetes esqueceram naquele dia memorável.

Mais notícias na pág. 8

RESPEITAR A VONTADE DA MAIORIA

MINUTOS antes da chegada da cabeça da manifestação à Praça de Londres, onde entretanto já muitos milhares de trabalhadores se vinham concentrando desde as 20 e 30, o ministro do Trabalho, capitão Costa Martins concedeu ao Rádio Clube Português uma importante entrevista. Desse depoimento, pela sua oportunidade, destacamos alguns extractos significativos.

Respondendo a uma pergunta sobre o que entenderia por unicidade sindical, Costa Martins declarou:

«Pelo princípio da unicidade sindical do mesmo tipo que abranja a respectiva área. Quer isto dizer, se por exemplo, no Algarve, houver um sindicato dos metalúrgicos, não poderá haver um segundo sindicato dos metalúrgicos na área do Algarve.

«Na sua opinião, portanto, o princípio da unicidade sindical — contra uma maior força aos sindicatos, portan-

to, uma maior representatividade e evita uma proliferação sindical exagerada.»

«A propósito de outra pergunta desta vez sobre liberdade sindical — o ministro do Trabalho esclareceu:

«Os trabalhadores têm toda a liberdade de se sindicalizarem ou não. E uma vez sindicalizados, se quiserem sair, podem fazê-lo, quando quiserem. Portanto, tem toda a liberdade de filiação sindical (...). Por outro lado, os sindicatos têm toda a liberdade de se reunirem em uniões ou federações. Por sua vez, os sindicatos, as uniões e as federações têm toda a liberdade de se integrarem na central sindical nacionala. Aos sindicatos que decidiram não se integrar nessa central sindical única — continuou o ministro — «não acontece nada. Ficam desintegrados e continuam a ter os seus direitos e regalias e a representar os trabalhadores que efectivamente representam. Tanto os sindicatos, como as uniões e as federações têm liberdade absoluta de contratação com as associações, uniões ou federações patronais. Por outro lado, está perfeitamente garantida a liberdade na eleição democrática das directivas sindicais, pelos trabalhadores, através das suas assembleias, directivas essas que podem ser destituídas por eles, e eleitas novas directivas de acordo com a vontade expressa, quando embidrem.»

«A ESMAGADORA MAIORIA MANIFESTOU-SE A FAVOR»

Outro aspecto importante abordado nas declarações do ministro do Trabalho ao R. C. P. dizia respeito ao efectivo apoio das massas trabalhadoras ao princípio da unicidade sindical. Sobre esse aspecto e a democracia em que decorreu o processo de discussão do Projecto da Lei das Associações Sindicais, declarou o ministro:

«Segundo os elementos que aqui existem, cerca de um milhão e cem mil trabalhadores, em assembleias que promoveram e também através dos seus organismos representativos, manifestaram-se a favor da unicidade sindical expressa na lei; e, por outro lado, cerca de 40 mil trabalhadores, directamente, ou através dos organismos representativos, manifestaram-se contra a consagração na lei daquele princípio. A esmagadora maioria manifestou-se a favor (...) por outro lado, o primeiro projecto de decreto-lei foi distribuído no tempo do 1.º Governo Provisório. Portanto, quer os partidos políticos, quer as pessoas interessadas a nível governamental, através de comícios ou reuniões, mas sem aos próprios partidos directamente interessados, a todos as pessoas, cidadãos, sindicatos e trabalhadores pronunciarem-se, livremente, para que o Minis-

tério do Trabalho pudesse apurar, concretamente, os resultados dessa discussão. Portanto, foram dadas todas as facilidades; há muitos meses que está distribuído o projecto de decreto-lei; ele constituiu um dos três fundamentais deste Ministério, pelo que urge a sua publicação, e não compreendo como é que só agora aparecem os problemas que estão a ser levantados contra o decreto-lei das associações sindicais.

«Se ele não foi mais amplamente discutido, a culpa não é minha. As pessoas, os partidos e as correntes interessadas é que deviam ter promovido uma mais ampla discussão, se se entendem que ele não foi tão ampla quanto deveria ter sido. Simplesmente, o Ministério do Trabalho não pode estar indefinidamente a espera para a publicação de um lei deste género.»

Encarreguei-me de fazer a distribuição aos sindicatos e ela foi feita a todos os sindicatos do País, não só aos da Intersindical, como a todos os outros; e um dos ministros sem pasta foi encarregado de distribuir o projecto de decreto aos órgãos de Informação, para debate público.

Todas as prorrogações relativamente ao prazo de discussão foram concedidas pelo Ministério do Trabalho. Portanto, não me competa a mim, como ministro do Trabalho, e indivíduo indecoravelmente relacionado com os partidos, promover a discussão pública ou mesmo formalmente, através de comícios ou reuniões, mas sem aos próprios partidos directamente interessados, a todos as pessoas, cidadãos, sindicatos e trabalhadores pronunciarem-se, livremente, para que o Minis-

terio do Trabalho pudesse apurar, concretamente, os resultados dessa discussão. Portanto, foram dadas todas as facilidades; há muitos meses que está distribuído o projecto de decreto-lei; ele constituiu um dos três fundamentais deste Ministério, pelo que urge a sua publicação, e não compreendo como é que só agora aparecem os problemas que estão a ser levantados contra o decreto-lei das associações sindicais.

«Se ele não foi mais amplamente discutido, a culpa não é minha. As pessoas, os partidos e as correntes interessadas é que deviam ter promovido uma mais ampla discussão, se se entendem que ele não foi tão ampla quanto deveria ter sido. Simplesmente, o Ministério do Trabalho não pode estar indefinidamente a espera para a publicação de um lei deste género.»

A LEI SERÁ REVISTA DENTRO DE UM ANO

O ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, noutra passagem das suas declarações ao R. C. P. fez algumas considerações sobre a posição que sobre a Unicidade Sindical alguns partidos têm vindo a tomar. Disse, então:

«Não há dúvida de que no meio de tudo isto há de me parecer uma coisa curiosa que eu próprio não consigo compreender. Porque existem

realmente determinadas correntes ou pessoas, que se dizem adeptas e defensoras da unicidade sindical mas, paralelamente, pretendem alertar contra a institucionalização, ou melhor, contra a expressão, na lei, do princípio dessa unicidade. Julgo que se essas pessoas pretendam realmente defender o princípio da unicidade e da unicidade sindical, se esse princípio estiver expresso na lei, até lhes facilita a vida, digamos... É uma coisa que não consigo bem compreender. Mas cada um lá tem as suas ideias. Até pode haver razões válidas.»

Mais adiante, acrescentou ainda:

«Julgo que, se efectivamente, estamos interessados na implantação de uma democracia em Portugal, as pessoas devam aceitar a vontade expressa, ela tem de ser cumprida, e se futuramente ela não for posta em causa, dever-se-á proceder a uma consulta, e conformo o que então se vier a apurar, nessa segunda consulta, lá deverá ser consagrada na lei. Por isso mesmo, esta lei prevê uma revisão, num prazo máximo de um ano, atendendo até a que estamos a viver numa fase transitória em que não há, digamos, uma total consciência política e amor ao povo tem sempre a possibilidade de vir exprimir-se, livremente, a consequência dessa expressão dessa vontade da maioria e assim se deverá agir.»



Um representante da União de Sindicatos do Porto fala aos pescadores

Pescadores não cedem A GREVE CONTINUA NA PÓVOA E NA VILA DO CONDE

Os pescadores da Póvoa e Vila do Conde ainda não viram satisfeitas as suas reivindicações. A greve continua. No entanto, das diligências do dr. João Andrade Santos, delegado da Secretaria de Estado das Pescas, e do dr. Vítor Duarte, subdelegado do Ministério do Trabalho no Porto, realizadas durante os dias 11, 12 e 13, muito do proveitoso se pode extrair.

Ficou feito um profundo levantamento acerca das péssimas condições de trabalho que proporciona a pesca artesanal neste centro piscatório, apesar do escasso tempo para trabalhar. Foram estudados os arcaicos métodos de trabalho praticados. Aprendeu-se um pouco da mentalidade dos proprietários das embarcações, que pretendem manter processos de pesca que, a curto prazo, estão condenados a desaparecer. E, por causa de arraigados princípios, tradições, o auxílio técnico do Governo é aliado de vés...

Entretanto, dando prova de firmeza em construir o seu sindicato, os pescadores e a Comissão Pró-Sindicato denunciaram uma manobra divisionista tentada por delegados do chamado Sindicato Livre e Único dos pescadores. Desde o primeiro momento que aqueles trabalhadores do mar reconheceram a necessidade de uma organização sindical eficiente e as assembleias gerais confirmam a confiança da classe para com a sua comissão Pró-Sindicato. Nesta fase de organização os pescadores têm recorrido à União dos Sindicatos do Porto/Intersindical, cujos representantes têm estado presentes a todas as reuniões de negociações com os patrões. A U.S.P./INTER, desse modo, não só transmite a experiência de organização sindical, como acompanha, desde a primeira hora, a luta dos pescadores.

MANOBRAS DIVISIONISTAS

Muito depois de iniciado o conflito — os pescadores não vão ao mar desde 1.º de Janeiro — entram em cena alguns delegados do chamado Sindi-

cato nascer da sua própria vontade e do seu próprio trabalho e não ser imposto, como o tal «Sindicato Único». Juntamos a tudo isto a presença durante dois dias, em várias sessões de negociação, do dr. Oliveira Costa, técnico da Junta Central das Casas dos Pescadores, que compareceu por solicitação dos patrões e que, embora pretendendo dar razão aos pescadores nalguns aspectos da sua movimentação não deixou, por diversas vezes, de defender a estafada teoria corporativa de aliança e convergência de interesses entre patrões e trabalhadores, no que foi vivamente contestado.

No dia 11, à noite, os pescadores voltaram a reunir-se em assembleia, com a presença de cerca de três centenas de trabalhadores, durante a qual foi feita nova e firme denúncia das manobras divisionistas do chamado Sindicato Livre e Único. Intervindo nessa reunião, o delegado da Secretaria de Estado das Pescas e o subdelegado do Ministério do Trabalho saudaram a luta dos trabalhadores. Espetadas todas as possibilidades de acordo, os pescadores aguardam que a Secretaria de Estado das Pescas e o Ministério do Trabalho decidam do conflito.

PRESENCAS ESTRANHAS

Entretanto a luta dos pescadores de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim encontra apoio dos trabalhadores de mais variados sectores que têm expressado a sua solidariedade por várias formas a Comissão Pró-Sindicato.

Cilindrada pelos pescadores a tentativa divisionista, deve referir-se que na sua presença na Póvoa os elementos do chamado Sindicato Livre e Único se fazem acompanhar de um técnico da Junta Central das Casas dos Pescadores, dr. Francisco Sales.

Aproveitando a presença do delegado da Secretaria de Estado das Pescas, a Comissão Pró-Sindicato solicitou àquele membro do Governo intervenção para o conflito que se

trava neste momento entre os pescadores das motoras e os respectivos proprietários. A respectivo entregue ao dr. Andrade Santos os pescadores relatam circunstanciadamente as etapas da sua luta, neste momento centrada em torno de um ponto fundamental: a forma de divisão do produto do pescado — a remuneração, sobre a qual não se chegou a acordo, embora já se tenham registado alterações na posição dos mestres/proprrietários.

Nessa exposição, a título de conteúdo, a Comissão Pró-Sindicato adianta algumas considerações sobre o conflito: «Trata-se aqui de pesca artesanal, com anzol. Portanto, de pequenas embarcações, em alguns casos com grande participação familiar e com presença efectiva ao trabalho como mestres de proprietários das embarcações, na maior parte dos casos.

No entanto, o rendimento que proporcionarém é considerável, não só em termos brutos também em presuníveis montantes líquidos. Assim, por exemplo, o movimento da lota em 1974 foi de cerca de 100 mil contos, ilíquidos. Para fazer uma ideia correcta do valor total do pescado, seria preciso juntar-lhe o que é vendido fora da lota e que ascenderá também a largas dezenas de contos...

Para além disso, a actual situação é de uma taxa de exploração. Com efeito, do produto líquido do pescado, 50 por cento revertem à favor do proprietário da embarcação. Nos casos (quase todos) em que este é o mestre, ainda participa na divisão pela campanha dos restantes 50 por cento...

No final da exposição a Comissão Pró-Sindicato realça o espírito de unidade e decisão que anima os trabalhadores, que resulta da convicção da justiça da luta que estão a travar.

À unidade e à decisão vem juntar-se a confiança de que da acção dos representantes do Governo Provisório sairá uma resolução justa, que atenda às necessidades, interesses e problemas da classe piscatória de Póvoa de Varzim e de Vila do Conde.

O Diário de Notícias de 7 de Janeiro de 1975 insere um artigo do dr. Salgado Zenha, ministro da Justiça, onde se toma uma posição abertamente crítica em relação ao projecto de lei sindical. Além de considerar algumas disposições pouco claras (ex: as referências aos delegados sindicais) ou que de diversos constitucionais (ex: as restrições à constituição de novos sindicatos), não hesita em proclamar **inconstitucional** o preceito consagrador da unicidade sindical.

Justificaremos a seguir os motivos por que consideramos infundada, política e juridicamente, a tese de inconstitucionalidade do dr. Salgado Zenha que jogou no caso o seu incontestável prestígio de jurista reforçado pela sua qualidade de ministro da Justiça.

É indubitável que o Programa do Movimento das Forças Armadas, ao qual a Lei n.º 3/74 conferiu dignidade constitucional, impõe ao Governo Provisório a obrigação de tomar medidas legislativas necessárias à garantia da liberdade sindical dos trabalhadores (cp. rf. 1.ª alínea h, do Programa). E resulta claramente deste mesmo Programa que o preceito legislativo da **directiva constitucional é uma das tarefas atribuídas ao governo Provisório** em virtude de qual quer legitimidade a argumentação que subrepticamente pretenda inquirir quem são os membros da Constituinte poderia vir a precisar o sentido da liberdade sindical. Procedimento contrário equivale a uma **abstenção inconstitucional**, a um silêncio ilegítimo do Governo, no que se refere a uma proposta legislativa concreta do Programa do Movimento das Forças Armadas.

O dr. Salgado Zenha identifica a liberdade sindical, embora pressuponha um mínimo de princípios constitucionais, com a existência de um núcleo essencial inviolável, não é unívoca, sendo como não podia deixar de ser (a não ser para os que negam a dimensão superestrutural do direito) objecto de luta entre directores e trabalhadores, que em geral representam interesses sociais contrapostos.

Formalmente temos pois de considerar equiparáveis em direito e com igual força constitucional as interpretações que, não afectando o núcleo de direito, aspiram, dentro da correlação de forças existente à possibilidade legal de realização. Reputamos, assim, metodologicamente inadmissível, conferir rigidamente a uma norma aberta da Constituição (neste caso o Programa do M. F. A.) só o conteúdo que corresponde a uma das posições políticas em confronto. Como me à constituição não pode considerar-se apenas a interpretação que se encontra em um certo código individual de valores. Constitucional não é o conteúdo essencial propriamente dito pelo dr. Salgado Zenha. Constitucional seria a materialização legislativa que, para garantir esta liberdade, o Governo Provisório venha a fixar, depois de auscultada a vontade dos trabalhadores das classes trabalhadoras, principais interessadas nela.

É evidente que num período revolucionário, o Programa do Movimento das Forças Armadas, ele próprio instrumento legal revolucionário, tenta de evitar um retrocesso à situação anterior inserida na própria Constituição. Longe de ser neutro ou agnóstico quanto à directiva a cumprir a vida política económica (veja-se a declarada posição a favor das classes trabalhadoras) a acção do Programa é estratégica antimonopolista. O Programa deixou, porém, ao Governo do Governo Provisório, o prescrito mate-

Pelo DR. JOAQUIM GOMES CANOTILHO, assistente da Faculdade de Direito de Co

rial de muitas normas abertamente. Referindo-nos concretamente ao princípio da liberdade sindical, não hesita em concluir que o Programa, a impor alguma interpretação a dar a este princípio, só pode ser aquela que tenha a ser dada pelos principais interessados — as classes trabalhadoras.

Movimento das Forças Armadas que autorize o dr. Salgado Zenha a afirmar que o único sentido possível da liberdade sindical é o de versão liberal burguesa, transformado em acto obrigatório pela social-democracia capitalista.

Ao não compreender isto e ao visualizar o problema dentro dos parâmetros partidários, o dr. Salgado Zenha resvala para acusações gravemente ofensivas ao Governo Provisório. Insinua-se que a consagração legal da unicidade sindical, absolutamente equívoca à falta de liberdade sindical, outra coisa não representa senão uma quebra de compromisso consubstanciada no Programa do Movimento das Forças Armadas e uma falta de fidelidade ao pacto a que livremente se vinculou o Governo Provisório.

O pacto constitucional obriga efectivamente o Governo a garantir a liberdade sindical, mas não necessariamente na feição unilateralmente partidária do dr. Salgado Zenha.

Que razão lhe assiste para acusar o Governo Provisório de fazer aos seus compromissos pelo simples facto de não ter enveredado pelo seu conceito de liberdade sindical? O dr. Salgado Zenha identifica a liberdade sindical com o pluralismo sindical, isto é, com a possibilidade de escolha do sindicato, em termos de considerar a unicidade sindical (isto é, a consagração legal da unidade) como negação da liberdade sindical.

A tentativa de redução da liberdade sindical a liberdade de escolha de sindicato é por demais evidente. O dr. Salgado Zenha guarda-se cuidadosamente de referir sequer qualquer dos outros muitos aspectos jurídicos-formais da liberdade sindical, escamoteando a maior referência à efectiva garantia que o projecto governamental confere a esses aspectos. O leitor desprevenido julgaria ao ler o artigo que o projecto governamental não mudava uma linha aos princípios da

legislação sindical. A liberdade sindical não se reduz ao mero termo de escolha de um sindicato, mas sim ao direito de constituir e de participar em todos os aspectos da vida sindical, pelo que a análise de qualquer aspecto, qualquer que seja, não pode ser negligenciada. O que também não se pode deixar de considerar é o âmbito característico dos aspectos jurídicos que qualquer privação de liberdade sindical implicaria.

Estes são os aspectos da liberdade sindical que, no caso de redução da liberdade sindical, se encontram em situação de efectiva garantia que o projecto governamental confere a esses aspectos. O leitor desprevenido julgaria ao ler o artigo que o projecto governamental não mudava uma linha aos princípios da

legislação sindical. A liberdade sindical não se reduz ao mero termo de escolha de um sindicato, mas sim ao direito de constituir e de participar em todos os aspectos da vida sindical, pelo que a análise de qualquer aspecto, qualquer que seja, não pode ser negligenciada. O que também não se pode deixar de considerar é o âmbito característico dos aspectos jurídicos que qualquer privação de liberdade sindical implicaria.

DESPORTO



O AMARELO E O VERMELHO

Basta de amarelo. De cartão amarelo, entendido. Foi ele o motivo das duas crónicas anteriores e a ele voltamos ainda, mas agora com brevidade, só para dizer que, sim senhor, concordamos que ele seja mostrado a um futebolista que mete mão à bola, propiamente.

Futebol é (com os pés, até por isso se chama «fute») do caso do quadricampeonato. Por isso a bola em pleno jogo, está a proceder incorrectamente, merece o cartão amarelo que, o árbitro lhe mostra que significa uma advertência. Se reinicia, tem um cartão vermelho e é expulso.

Já o treinador Fernando Riera parecia estranhar tal rigor pelo simples facto de um jogador meter a mão à bola, quando outros passam os jogos a cometer faltas mais graves (jogo violento, agressões etc.) e não se usa para fora de identidade severidade. Não tem razão Riera em pôr a questão assim. O que está errado é não ser punido o jogador que faz jogo perigoso sistemático. Quem agride deve ser expulso. Tudo isso está na lei e é para cumprir. Por essas e por outras é que pensamos que, para solucionar estes problemas no futebol, não é preciso fazer leis novas, é preciso é fazer cumprir as leis que existem.

Jogar a bola com a mão no futebol é tão incorrecto como, no andebol, o jogador contactar a bola. E meter os pés pelas mãos, é trufalhice, é incorrecto.

Cartão amarelo quer dizer advertência.
Cartão vermelho quer dizer expulso.

Faz lembrar a revolta das Caldas (advertência) e o 25 de Abril (expulso).

Vermelho o cravo que ficou como símbolo da expulsão do fascismo.

«É o vermelho que o Povo Português vê em tudo o que é maravilhoso» (Luís Chaves, Abril).

Cartão amarelo quer dizer advertência.
Cartão vermelho quer dizer expulso.

Faz lembrar a revolta das Caldas (advertência) e o 25 de Abril (expulso).

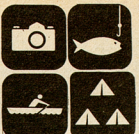
Vermelho o cravo que ficou como símbolo da expulsão do fascismo.

«É o vermelho que o Povo Português vê em tudo o que é maravilhoso» (Luís Chaves, Abril).



«Não se em Portugal que os cartões amarelos e vermelhos estão na ordem do dia. A «chegada» de um jornal alemão («Fussball Woche, de Colónia) e o árbitro é contra os cartões, é paternalista»

CULTURA E TEMPOS LIVRES



Vamos ler

«RACISMO E IMPERIALISMO» de Piotr Chastko — Editorial Estampa — Preço 3000.

«Ninguém pode avaliar com exactidão o significado das desumanas condições em que vivem, nem calcular o número de vítimas pelas quais é responsável um dos mais monstruosos crimes da humanidade: o racismo.»

«O racismo é uma arma da reacção imperialista, que serve para boicotar a tomada de consciência das massas trabalhadoras, para as afastar da luta pelos seus direitos económicos e políticos.»

«O HERBICIDA DE Carlos Coutinho» — Col. «Cena Actual» — Preço 2500.

Carlos Coutinho, um crítico literário nacional, e, ao mesmo tempo, um dramaturgo que traz para os nossos palcos (quando?) um dos mais inteligentes e fortes textos da dramaturgia portuguesa.

«O PARTIDO MARXISTA-LENINISTA, UM PARTIDO DE TIPO NOVO» de R. Kahlstrow — Editorial Estampa — Preço 3000.

«A história não conhece outro partido que influisse tanto no desenvolvimento dos acontecimentos mundiais de Inglaterra, que o partido triunfante da Grande Revolução Socialista de Outubro, evolução que abriu uma nova era na história de toda a humanidade.»

«A ARTE E A CULTURA POPULAR» de Bento de Jesus Caraca — Itau — Preço 2000.

É urgente que leia.

«ANÁLISE DE ALGUNS TIPOS DE LUTA DE Amílcar Cabral» de Seara — Preço 3000.

Alucuações pronunciadas pelo autor durante um seminário de quadros do P.A.I.G.C.

RECORDANDO UM RESISTENTE

Agora que vivemos um tempo novo, para o qual se sacrificaram muitos portugueses já desaparecidos, o menos que podemos fazer por esses resistentes-morais é lembrá-los. Mas lembrá-los de forma viva, isto é, incorporando-os no número daqueles que estão renovando o País. É certo que eles já não podem estar conosco, mas podemos ajudar a esclarecer-nos e ajudá-los a deixar um legado para os nossos filhos.

Vem isto a propósito de Mário Sacramento e da sua carta-testamento contada no último Congresso de Aveiro. Antes de transcrevermos um pouco dessa carta-testamento dirigida a todos nós — «ocamos» o que pensava Oscar Lopes

deste médico e escritor antifascista: «Este homem doente não perdeu uma única oportunidade para fazer o possível, para fazer inteligentemente, pacientemente, incansavelmente, o possível a favor dos oito milhões de portugueses economicamente inferiorizados, e, para isso, a favor da união entre as democracias portuguesas. Isto



custou-lhe sofrimentos, perseguições, prisões, doenças, agravamento das doenças.»

E agora uma passagem dessa carta-testamento: «Nasci e vivi num mundo de Inferno. Há dezenas de anos que sofro, na minha carne e no meu espírito o fascismo. Recabo dele perseguições de toda a ordem (físicas, económicas, profissionais, intelectuais, morais. Mas, que não as tivesse sofrido, o meu dever era combatê-lo. O fascismo é o fim da pré-história do homem. E procede, por isso, como um engastar incurável. Fiz o que pude para me libertar, e aos outros, dele. E essa a única herança que deixo aos meus filhos e aos meus companheiros. Acabem a obra! Derrubem o fascismo, se nós não o pudermos fazer antes! Instauram uma sociedade humana! Promovam o socialismo, mas promovam-no cientificamente, sem dogmatismos pequenos-burgueses! Aprendam com os erros do passado. E lembrem-se de que nós, os mortos, iremos, nisso, ao vosso lado!»

Teatro

«Uma no cravo, outra na ditadura» de Rogério Brachina César de Oliveira e Ary dos Santos, no ABC: tentativa de construção de uma revista debregada sobre acontecimentos e figuras recentes da actualidade nacional, recorrendo a uma renovação da revista tradicional de «canudo» portuguesa. A confirmação de uma actriz popular excepcional, Ivone Silva.

«O canto do papão lusitano» de Peter Weiss pelo Conjunto Cénico Caldense e Grupo de Teatro Português de Paris: um teatro-documento extremamente rigoroso que recorre aos factos e aos números para fazer o processo do que foi o colonialismo português, seus interesses, métodos cruéis e meios de ligação intrínsecos com os poderosos monopólios externos. Em digressão pelo país.

«Pides na Greiha», revista de Francisco Nicholson, Mário Alberto e Braga Santos: o teatro de revista debregado sobre os problemas da actualidade política nacional, um grupo que pretende transformar-se num processo ou meio de consciencialização.

«A Cúca», de Carl Sternheim, pelos Cómicos: uma peça que denuncia uma ideologia burguesa baseada na selecção dos mais fortes e na defesa intransigente da ordem, o que, aliado ao ódio aos judeus como raga não ariana, constituiria o cerne da doutrina nazista.

Cinema

«Chinatown» de Roman Polanski: a denúncia da corrupção numa grande cidade americana dos anos trinta, comandada pelos interesses dos grandes proprietários e financeiros. Um retrato fiel e ao mesmo tempo elucidativo de uma sociedade do «dox».

«Seu Louco», de Dio Risi: o desmontar, através da análise dos hábitos e traumas sexuais do italiano médio, de uma moral burguesa convencional e hipócrita assente nas aparências. Ou de como, numa sociedade normalizada, a normalidade pode ser um estado doente ou patológico. Uma sátira feroz e humana.

«O Mal-Amado», de Fernando Matos Silva: um filme muito lúcido sobre uma média burguesa afectada pela guerra colonial, a separação profunda entre pais e filhos situados os primeiros como a geração de suporte do fascismo português.

«A Casa da Boneca», de Joseph Losey: a personagem principal da peça de Ibsen que deu origem a este filme, personifica a culpa da mulher, consciente dos limites que lhe são impostos na função alienada de simples «dona de casa», em tornar-se um mero objecto decorativo do lar, submisso e destituído da vontade própria.

Discos

«Poema a Catarina Eufémia» Poema a Alves Redo» por e de Ary dos Santos: uma homenagem muito justa e vigorosa a dois militantes da luta do povo português debaixo do regime fascista.

«O Emprego» por Fernando Tordo: tentativa da construção de um câncro urbano que analise e aborde os casos mais típicos da cidade, aqui, a desigualdade de oportunidades que é difícil acesso ao ensino universitário por causa, já que o «canudo» irá determinar a posição privilegiada dentro de uma sociedade de classes: uma música e interpretação que acompanham e frisam a intenção irónica dos versos.

TV

2.ª FEIRA, 20
1 Programa
13.15 Escrever é lutar

21.00 «Risofilé, Risofila»
1 Programa
20.40 Escrever é lutar
3.ª FEIRA, 21
1 Programa
21.15 A gente que nós somos — Lisboa — Di-rito à cidade

4.ª FEIRA
1 Programa
19.30 Cinema — Ano I
21.15 Antologia: «Claviço», de Goethe

5.ª FEIRA
1 Programa
20.00 Há só uma terra
21.15 «Afinal como é?» — Programa das actividades económicas
21.50 «O Plano» — série baseada num romance de Tinzmann

6.ª FEIRA
1 Programa
21.05 Responder ao País
21.40 «Os Inquiridos do Comissário Magreth»

SÁBADO, 25
1 Programa
19.15 Cada dia uma esperança — pelo domingo — Luis de França
19.30 Memórias do nosso tempo
21.50 Cinema: «Ivan, o Terrível» (2ª parte), de Eisenstein

DOMINGO, 26
1 Programa
19.30 TV Rural
20.30 Tele Domingo

Rádio

Diariamente, das 00.00 às 02.00 no Rádio Clube Português, «Alavanca», a voz da Intersindical.

EMISSORA NACIONAL
2.ª-feira
16.15 Formação política
17.00 Rádio Estudantil

3.ª-feira
21.45 Sindicalismo
4.ª-feira
16.00 Economia
16.45 Sindicalismo

5.ª-feira
23.00 Formação política
6.ª-feira
15.20 Formação política

Sábado
16.00 Sindicalismo
17.00 Programa Juvenil

Domingo
12.00 Programa sobre Agricultura
21.30 Temas de Desporto

RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS

Diariamente
18.00 Movimento
23.30 Revolver o tempo
00.00 «Alavanca»



CINEMA
N.A.R.T.P.

EISENSTEIN PARA TODOS

Sergei Eisenstein, nascido em 1898, em Riga (hoje capital da República Socialista Soviética da Letônia), falecido em 1948, em Moscovo, vítima de um ataque cardíaco, é um dos maiores cineastas da história do cinema.

Nos seus filmes, Sergei Eisenstein soube dar expressão vigorosa às grandes lutas históricas que em cada época decidiram o futuro da humanidade. E soube fazê-lo numa linguagem forte e acessível, que fez do seu cinema uma arma ao serviço da classe operária na luta pelo fortalecimento da sua determinação revolucionária e pelo fim da exploração capitalista. Em filmes como «A Greve», «A Linha Geral», «O Outubro», «O Couraçado Potemkin», Eisenstein apresenta algumas das etapas fundamentais do processo revolucionário que levou à construção do primeiro Estado socialista do mundo — a URSS — o primeiro Estado em que os trabalhadores souberam unir-se para a conquista do poder político e para a edificação da verdadeira democracia: a democracia para os trabalhadores, a democracia socialista. Estes filmes constituem vigorosos e irresistíveis apelos à consciência revolucionária das massas populares e têm ainda hoje um poderoso efeito de mobilização política. De-los a conhecer é contribuir para o avanço do processo revolucionário em curso.

Não menos importantes, des-tes ponto de vista, são outros filmes de Eisenstein, como

«Ivan, o Terrível» e «Alexandre Nevsky».

Mas enquanto os acima citados focam directamente a luta revolucionária dos trabalhadores na nossa época — e dão muito claras perspectivas acerca dos caminhos que podem conduzir à vitória — estes últimos situam a análise político-social do homem e da sociedade em épocas históricas mais recuadas. Mostram-nos como as experiências do passado podem fornecer ensinamentos extremamente valiosos para a compreensão do presente.

Situando nestas épocas recuadas o conflito de sempre entre forças conservadoras e forças progressistas, entre os que defendem os seus privilégios, utilizando o poder político contra o povo, e os que lutam contra esses privilégios, filmes como «Ivan, o Terrível» e «Alexandre Nevsky», para além de nos porerem perante a verdade histórica dessa formação e dialéctica, como que nos ensinam a ser lúcidos na análise das condições sociais e políticas em que nós próprios vivemos, aqui e agora.

De resto, esses dois filmes estão estreitamente relacionados com o esforço da União Soviética para, nas vésperas e durante a segunda guerra mundial, criar uma barreira militar e moral intransponível, capaz de salvaguardar as conquistas do socialismo e o futuro de toda a humanidade, face à agressão nazi. «Alexandre Nevsky» fala-nos da unificação do povo russo que lhe permitiu resistir victoriosamente às invasões teutónicas. «Ivan, o Terrível» denuncia os «complots dos «boiados» (a classe dominante, constituída pelos senhores feudais) contra o poder central

foi nessa época histórica um passo em frente, uma conquista progressista, na medida em que conduziu à destruição dos privilégios dessa aristocracia, que exercia poderes despotícos sobre o povo russo e chegava ao ponto de celebrar paradas com inimigos estrangeiros para garantir tais privilégios mesmo à custa da ciação do país (aqui verifica-se como que uma aliança entre as massas populares e o poder central — representado pelo czar — contra a classe mais reacçãoária: a nobreza feudal, os boiados).

Ao transmitir esses dois filmes, nas suas «Noites de Cinema», a Televisão Portuguesa presta um serviço à democratização da cultura cinematográfica no nosso país, abrindo finalmente os seus canais de emissão a filmes de longa metragem capazes de actuar sobre a inteligência e a sensibilidade do grande público e de contribuir positivamente para a formação dum verdadeira consciência social. Importa que esta orientação se estenda a toda a política cultural da Televisão, nomeadamente, neste caso, a cinematográfica, acabando de vez com filmes e séries imbecilizantes, de fins puramente comerciais e alienatórios, quando não reacçãoários, vindos sobretudo dos Estados Unidos. E se a Televisão resolveu dar a conhecer Eisenstein aos portugueses, então não poderá ficar apenas pelo «Alexandre Nevsky» e pelo «Ivan, o Terrível». Terá de lhes mostrar também aqueles outros filmes acima nomeados, que têm a mesma qualidade artística superior, são ainda mais acessíveis e contêm lições extremamente actuais para o processo democrático português.

O PAPEL DA RÁDIO NA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

O papel da rádio e da televisão na formação cultural e política das massas trabalhadoras, dentro dos países socialistas, tem-se tomado evidente nas últimas décadas, especialmente após a derrota do nazifacismo em 1945.

Paralelamente, nos países capitalistas, os meios de comunicação de massas, com especial evidência para a rádio e para a televisão, têm vindo a transformar-se em verdadeiros instrumentos de alienação e de manipulação das consciências.

Controladas, em regra, pelo grande capital, as estações de rádio e de televisão, à semelhança do que acontece com os jornais tentam neutralizar nas grandes massas trabalhadoras os seus reais interesses de classe e com eles a consciência revolucionária que poderá levá-las ao triunfo sobre a exploração.

Recentemente, alguns teóricos marxistas da R.D.A. analisaram rigorosamente os mecanismos da manipulação de consciência utilizados pelo imperialismo internacional.

A televisão e a rádio não podem nem devem, ser usados contra os interesses das classes trabalhadoras. Devem, pelo contrário, ser aliados permanentes da luta pelo socialismo e pela liberdade, reflexão, a cada passo, das ambições e dúvidas e contribuindo para a sua concretização e enlaçamento.

Poderosos instrumentos de comunicação e de mobilização populares, a televisão e a rádio podem desde que integradas nos processos revolucionários contribuir para o desenvolvimento da luta democrática.

Em Cuba, após o triunfo da Revolução, a televisão e a rádio, postas ao serviço das massas populares foram um instrumento decisivo para a consolidação do socialismo e da democracia.

Também em países como Portugal onde a luta democrática se trava, quotidianamente, o papel da rádio e da televisão é essencial.

O triunfo da Revolução era inaugurada a primeira estação de rádio da União Soviética. A radiofusão contribuiu decisivamente para o trabalho geral de educação e para a aproximação cultural e política dos campos e dos grandes centros urbanos. Desde a sua fundação que a rádio soviética realiza as suas emissões nos idiomas dos vários povos da UR.S.S., respeitando a especialidade cultural e linguística de cada uma das repúblicas.

Durante a Grande Guerra Patriótica, travada por todo o povo da União Soviética, o invasor fascista saqueou e destruiu as estações de radiofusão existentes nos vários territórios ocupados. Foram parcial ou totalmente destruídos os centros radiofónicos da Ucrânia, da

U.R.S.S., e na Rádio Moscovo fizeram-se em menos de cerca de 70 linhas estrangeiras. Assim se envia para todo o mundo a informação exacta sobre a vida, o trabalho e o progresso nos países socialistas, denunciando-se, paralelamente, as manobras do imperialismo e dando aos povos oprimidos o calor de uma palavra fraternal e revolucionária, um estímulo para a luta e para a construção do socialismo.

TELEVISÃO

A televisão surge no União Soviética nos anos 30. E, por um lado, quer-se que a sua rede de estende a todo o país. A mais alta antena de televisão do mundo (537 metros) foi construída na U.R.S.S., numa arquitectura original que é bem o símbolo do progresso técnico e social na pátria socialista.

A transmissão via satélite atingiu na União Soviética o estado de desenvolvimento que os meios de comunicação de massa nos países capitalistas normalmente não lhe convém porque não lhe convém que essa imagem fique presente no espírito dos seus utentes, mais ou menos conformados.

Mais de quatro dezenas de estações Orbita transmitem os programas das estações centrais por meio do satélite Molnia para todos os repúblicas.

Cerca de 66 cidades da U.R.S.S. recebem actualmente programas a cores vindos das estações centrais. Está previsto que antes do fim do nono plano quinquenal a televisão a cores possa chegar a todas as regiões da U.R.S.S. em boas condições técnicas. Através de Interviu e da Eurovisão numerosos países podem hoje receber programas vindos da União Soviética.

Quando tal acontecer, regularmas muitos milhões de pessoas em todo o mundo referirão que a rádio e a televisão quando colocadas ao serviço das massas populares podem ser um instrumento essencial para a construção da paz, do progresso e do socialismo.

JOSÉ JORGE LETRIA



SEMANÁRIO
DA INTER-SINDICAL
DIRECTOR GERAL
AVELINO GONÇALVES
Chefe de Redacção
A. PEREIRA DA SILVA
Redactor no Porto
JOÃO OGANDO
Administração
MANUELA GUEIROS
12 páginas

Preço anuato — 3500
Assinaturas:
6 meses — 16500
12 meses — 30000
Redacção e Administração:
Rua do Coronel Ardon, 13.º
Lisboa 2
Télex: 325549/325567
Telefone: 300725/89
Delegação no Norte:
U. S. P. — R. de Santa Catarina,
Telex: 380752/89 Porto
Distribuição por postos
de venda ao público:
DISTRIBUIDORA «O SEGURO»
Composição, impressão e
grafia:
Ressurgência Gráfica
Lisboa

NOVO PREÇO DO ALAVANCA

«ALAVANCA» custa, a partir deste número, 3550 o exemplar. Também as assinaturas custam mais caro: 85500 (semestral) e 165500 (anual).

Como jornal de massas, que é, ao serviço dos trabalhadores e na defesa intransigente dos seus interesses unitários, entendíamos não dever aumentar o custo de «Alavanca», até para não entrarmos na escala perigosa do aumento

do custo de vida, suportada fundamentalmente pelas classes trabalhadoras. Mas a publicação semanal de um jornal com a difusão e a tiragem do nosso obriga a encargos financeiros muito elevados, não só pelas estruturas que tivemos de construir para o trabalho geral em progresso. Por isso nos vimos obrigados a alterar os preços, esperando a compreensão para mais este sacrifício dos nos-

sois leitores. Resta-nos prometer que tudo faremos para melhorar o jornal, ainda em fase de lançamento e adaptações e, se possível muito brevemente, a aumentar o seu poder de intervenção através de uma melhor cobertura de temas sindicais, culturais e sociais do interesse da classe trabalhadora em movimento contra a exploração capitalista.



Imagem do filme «Linha Geral».